

Câmara Municipal de Teixeira
Estado de Minas Gerais



Câmara Municipal de Teixeira

Estado de Minas Gerais

CONTINUAÇÃO ATA 029/2025

cidade. Conforme informado, o Ministério Público respondeu à denúncia feita pelo referido vereador. A Assessora Jurídica, Dra. Sabrina Martins, encaminhou à Prefeitura a devida solicitação de esclarecimentos. Em resposta, a administração municipal declarou que não houve qualquer ato irregular e que não procedem as informações apresentadas na denúncia. O Vereador João Batista, contudo, manifestou-se contrariamente à resposta apresentada pela Prefeitura e informou que aguardará o andamento dos procedimentos subsequentes. Durante a Ordem do Dia, foram lidos os Pedidos de Providências nº 0266/2025 e nº 0272/2025, ambos de autoria do Vereador Júlio Cezar Pereira. O primeiro refere-se à instalação de suportes para bicicletas (paraciclos) em diversas áreas públicas do município de Teixeira, com o objetivo de atender à demanda dos moradores que utilizam a bicicleta como meio de transporte diário, proporcionando maior segurança e organização no estacionamento desses veículos. O segundo pedido trata da realização de melhorias no bairro Castelinho, abrangendo: a reforma da “Patricinha”, o calçamento das ruas, a construção do escadão existente e a implementação de medidas para preservação da área verde onde há uma mangueira. Tais intervenções são consideradas essenciais para assegurar melhores condições de mobilidade, segurança e bem-estar aos moradores. Para reforçar a solicitação, o vereador apresentou fotos do local. Os pedidos foram aprovados por unanimidade. Em seguida, foi apresentado o **Pedido de Providências nº 0267/2025**, de autoria do Vereador Márcio Faria Fialho, solicitando a instalação de lâmpadas ou outra forma de iluminação pública, como a implantação de um poste, na área externa da quadra esportiva e na rua conhecida como “Grotinha”, localizada no bairro Alencar. A solicitação justifica-se pelo fato de que os moradores utilizam esses espaços para práticas de exercícios físicos e caminhadas, principalmente durante o período noturno, e atualmente a falta de iluminação adequada oferece risco à segurança e ao bem-estar da comunidade. Assim, a intervenção visa garantir maior segurança, conforto e incentivo à prática de atividades saudáveis na região. O pedido foi aprovado por unanimidade. Foram lidos os **Pedidos de Providências nº 0268/2025**, de autoria do Vereador Jurandyr Barbosa Neto, solicitando a realização da limpeza da Rua Maria Rosa, localizada no bairro Patrimônio. A manutenção adequada desse percurso é considerada essencial para garantir melhores condições de circulação, promover a segurança dos moradores. Pedido aprovado por unanimidade. Em seguida, foram lidos os **Pedidos de Providências nº 0269/2025, nº 0270/2025 e nº 0271/2025**, de autoria da Vereadora Gabriela Generoso Gomes. O primeiro pedido trata da realização de limpeza urgente nos lotes localizados na Rua Samartini e na



Câmara Municipal de Teixeira

Estado de Minas Gerais

CONTINUAÇÃO ATA 029/2025

Rua Padre Carlos, com o objetivo de garantir melhores condições de segurança e qualidade de vida aos moradores da região. Em continuidade, a Vereadora solicitou ao Conselho Tutelar o fornecimento de um relatório contendo dados estatísticos referentes ao ano de 2025, incluindo ocorrências atendidas pelo órgão, como violência doméstica, casos de abuso ou estupro, negligência familiar, bem como outros dados relevantes que contribuam para o entendimento da realidade social do município. Ainda na sequência, foi apresentado o terceiro pedido, no qual se requer o encaminhamento a esta Casa do relatório detalhado de prestação de contas referente aos repasses recebidos pela Prefeitura Municipal de Teixeira durante o ano de 2025, contendo valores repassados mensalmente, finalidade e detalhamento das despesas, comprovações de uso por meio de notas fiscais, recibos e relatórios internos, bem como a situação atual dos recursos recebidos e aplicados. Os pedidos foram aprovados por unanimidade. A Vereadora também aproveitou a oportunidade para questionar sobre a praça que será reinaugurada em breve, destacando que o playground destinado às crianças, cujo valor já foi repassado, ainda não está disponível para uso. Em resposta, foi informado que a instalação se encontra em processo de licitação; contudo, até o momento, não houve novas informações sobre o andamento da obra. Diante disso, a Vereadora solicitou que fosse encaminhado um Pedido de Providências à Prefeitura, cobrando esclarecimentos sobre a reinauguração e a instalação do playground. Em outro ponto, a Vereadora levantou a questão da instalação de lixeiras nas zonas rurais e na área urbana, observando que, apesar de a Secretaria de Obras ter informado que o processo estaria em licitação há alguns meses, as lixeiras ainda não foram colocadas. O Presidente concordou com a colocação da Vereadora e determinou que fosse enviado um Pedido de Providências cobrando providências sobre a instalação das lixeiras. Em seguida, o Presidente Júlio Cezar solicitou a apresentação do **Ofício PMT nº 0736/2025**, que responde ao **Pedido de Providências nº 0255/2025**, de autoria do Vereador **Neném de Chichico**, protocolado juntamente com o Presidente. O pedido trata do pagamento dos auxiliares escolares, servidores, professores e especialistas em educação básica contratados. Após a leitura do ofício, a Prefeitura informou que não efetuará o pagamento do mês completo, alegando que não há necessidade nem disponibilidade financeira para a extensão contratual, considerando que os contratos estão previstos para término em 18/12, conforme o calendário escolar. O Vereador manifestou discordância com a resposta, ressaltando que, embora o calendário escolar indique término em 18/12 questionou por que o Executivo não poderia fazer um esforço adicional para remunerar os 12 dias restantes. Seguiu-se



Câmara Municipal de Teixeira

Estado de Minas Gerais

CONTINUAÇÃO ATA 029/2025

discussão entre os Vereadores, que concordaram que dentro da lei o município estaria correto, mas destacaram que não custaria realizar o pagamento da diferença. Diante disso, o Vereador solicitou que fosse encaminhado um Pedido de Providências à Prefeitura, solicitando que o Executivo reavalie a situação e busque uma forma de garantir que esses servidores recebam seus vencimentos até o dia 31 de dezembro. Dando seguimento, foi lida a **Mensagem de Veto do Projeto de Lei nº 777/2025**, que dispõe sobre a criação da PGV – Planta Genérica de Valores do Município de Teixeira e dá outras providências. Ao ser colocado o veto em votação, o Vereador João Batista manifestou discordância com os termos da mensagem de veto, onde eles argumentam que os vereadores não teriam tido oportunidade de analisar adequadamente a emenda de alíquota de 0,02%. O Vereador destacou ainda que a proposta da Prefeitura apresenta inconsistências, uma vez que anteriormente havia sido enviado um projeto com alíquota de 0,07% e, atualmente, o projeto apresenta alíquota de 0,035%, gerando dúvidas sobre os critérios e estudos realizados para a definição do percentual. Diante disso, o Vereador afirmou não compreender a justificativa da Prefeitura para a alteração e questionou o embasamento técnico utilizado para a definição do valor proposto. A Vereadora Gabriela Generoso Gomes colocou em pauta que a Prefeitura Municipal de Teixeira está regularizando um erro ocorrido em 2017, quando foi aprovada nesta Casa a alíquota de 1% para lotes vagos e 0,5% para área construída, decisão que, segundo a Vereadora, foi tomada de forma apressada e sem a devida análise setorial. Ela destacou que não concorda com a equiparação do IPTU entre áreas centrais e bairros mais afastados, pois entende que pessoas em regiões mais vulneráveis deveriam pagar valores menores, promovendo justiça fiscal. A Vereadora ressaltou ainda que a proposta atualmente apresentada, ao reduzir os valores, diminuiria a receita do município, o que considera prejudicial para a administração e para a população. O Presidente Júlio Cezar, em sua oportunidade de justificativa, afirmou que primeiro deveria ter sido elaborada a Planta Genérica de Valores com uma alíquota menor e, somente após sua regularização, o projeto poderia ter sido encaminhado novamente a esta Casa, acompanhado de eventual aumento nas taxas. Ele destacou que, na forma como o projeto foi apresentado — enviando a planta juntamente com uma alíquota definida desde o início —, a situação se torna incerta e difícil de mensurar, tornando praticamente impossível prever o valor exato que será cobrado de cada contribuinte, após sua justificativa o presidente coloca em votação a mensagem do Veto. A Vereadora Maria de Lourdes manifestou-se a favor do veto, concordando com as colocações da Vereadora



Câmara Municipal de Teixeira

Estado de Minas Gerais

CONTINUAÇÃO ATA 029/2025

Gabriela Generoso Gomes, que expôs de forma clara sua opinião sobre o tema. A Vereadora Maria de Lourdes ressaltou que estava presente nesta Casa quando foi aprovado o projeto de 1% em 2017, que não foi executado. Ela destacou que votar contra o veto poderia prejudicar o município, ao deixar de arrecadar os impostos devidos, interferindo nos benefícios que poderiam ser obtidos pela administração municipal. Por esses motivos, a Vereadora manifestou seu voto favorável ao veto. O Vereador Jurandyr Barbosa Neto manifestou-se veementemente contra o veto do Prefeito, ressaltando que, em reuniões anteriores, os representantes da Prefeitura não conseguiram esclarecer as dúvidas fundamentais sobre o projeto. Segundo ele, não foi apresentado o valor exato a ser cobrado do IPTU, sendo repassadas apenas estimativas e expectativas, sem qualquer base concreta. O Vereador enfatizou que a proposta inicial enviada à Casa previa alíquota de 0,07%, posteriormente reduzida para 0,035%, gerando confusão e insegurança quanto aos estudos técnicos que embasaram o projeto. Ele questionou ainda quem foi o responsável pelos cálculos e análises econômicas, demonstrando preocupação com a falta de transparência e rigor técnico. Diante dessa situação, o Vereador afirmou que respeita a decisão de seus colegas, mas solicitou que sua própria posição também fosse respeitada. Por fim, reforçou que sua decisão é uma defesa do equilíbrio fiscal e da responsabilidade com a população, e por esses motivos se posicionou claramente contra o veto do Prefeito, reafirmando a necessidade de transparência, justiça e coerência nas decisões que impactam diretamente o município e seus cidadãos. O Vereador Guilherme manifestou-se durante a votação, alegando estranheza quanto à afirmação de que não teriam sido realizados estudos sobre a matéria. Ele ressaltou que foram feitas diversas visitas à Prefeitura para esclarecimento de dúvidas, além de reuniões nesta Casa Legislativa, nas quais os representantes do Executivo compareceram e prestaram explicações. Em razão dessa avaliação e outras mais, o Vereador manifestou-se contra o veto do Prefeito, entendendo que a decisão do Executivo carece de fundamento para justificar a rejeição do projeto. O Vereador João Batista justificou seu posicionamento contra o veto do Prefeito, ressaltando que espera que os economistas da Prefeitura tenham elaborado corretamente os cálculos das porcentagens, a fim de que no futuro não haja prejuízos à população. Ele afirmou que possui consciência tranquila, embora não concorde com o projeto na forma em que foi apresentado. A Vereadora Gabriela Generoso Gomes justificou seu voto a favor do veto da Prefeitura, afirmando que considera a alíquota de 0,035% uma porcentagem equilibrada e favorável a todos os contribuintes. Ela ressaltou que não considerou a alíquota anterior de 0,07% adequada, mas



Câmara Municipal de Teixeira

Estado de Minas Gerais

CONTINUAÇÃO ATA 029/2025

acredita que o valor atual representa uma solução justa e adequada. O Vereador Antônio de Pádua analisou os diversos posicionamentos apresentados durante a discussão, concordando com alguns colegas e discordando de outros. Considerando os esclarecimentos que recebeu da Senhora Nívea, decidiu conceder voto de confiança à Prefeitura e manifestou-se favorável ao veto do Prefeito. O Vereador Márcio Faria Fialho justificou seu voto, destacando que a Planta Genérica de Valores é uma obrigação legal em nosso município e que muitos questionamentos surgiram em relação ao projeto. Ele explicou que a principal discussão se referia às taxas que seriam cobradas em conjunto com a planta genérica. O Vereador mencionou que, na última reunião, havia proposto uma emenda de 0,02%, porém, após ser procurado pela Senhora Nívea e pelo Prefeito, recebeu esclarecimentos sobre os impactos da alíquota do IPTU, especialmente quanto à redução da receita municipal. Diante dessas explicações, decidiu reavaliar sua posição e manifestou-se favorável ao veto do Prefeito, considerando que a decisão foi tomada com base nos esclarecimentos recebidos. Dessa forma, o **veto do Prefeito obteve 3 votos a favor da derrubada e 4 votos contra a derrubada**. Com isso, o veto permanece mantido, ficando o projeto vetado pela Prefeitura, de acordo com a decisão da maioria dos vereadores presentes. Dando seguimento à reunião, foi apresentado o **Projeto de Lei nº 785/2025, que altera a Lei nº 650/1980 (Código de Posturas do Município de Teixeira), dispondo sobre a circulação de bicicletas, brinquedos elétricos e equipamentos similares em praças, calçadas, jardins e demais espaços públicos do município, além de estabelecer outras providências**. O projeto ficou encaminhado para apreciação da comissão, sendo deliberado que sua votação ocorrerá em momento futuro, após análise. Subsequente foi apresentada a **Resolução nº 03/2025, que confere homenagem à Senhora Sônia Maria Rigueira Andrade Leal**. A proposição foi devidamente justificada e recebeu **aprovação unânime de todos os vereadores**. O presidente Júlio Cezar justificou-se a homenagem destacando que a homenageada é uma pessoa merecedora de reconhecimento, tendo atuado como professora, diretora e vereadora em nossa cidade. Ressaltou-se ainda que a Senhora Sônia Maria Rigueira Andrade Leal sempre participou ativamente dos eventos municipais e continua a instruir e orientar pessoas que buscam maior conhecimento, demonstrando competência e dedicação em suas ações. Dessa forma, a homenagem será realizada por esta Casa Legislativa no ano de 2025, na data de 20/12/2025, reconhecendo sua trajetória e contribuição para o município. Em seguida foi também apresentada a **Resolução nº 04/2025, que concede o Título de Cidadão Honorário ao**



Câmara Municipal de Teixeira

Estado de Minas Gerais

CONTINUAÇÃO ATA 029/2025

Deputado Federal Misael Varella e o Deputado Estadual Grego. A proposição recebeu votação favorável de todos os vereadores, atendendo a um pedido previamente solicitado pelo Vereador João Batista. Ficou formalizado que a entrega e homenagem aos deputados contemplados ocorrerá em 15/12/2025, nesta Casa Legislativa, reconhecendo publicamente seus relevantes serviços e contribuições ao município. No uso da palavra, não havia inscritos. Assim sendo, não havendo mais nada a tratar, o Presidente Júlio Cezar agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão convidando o Vereador João Batista Calil de Mendonça Neto para velar a imagem de Cristo e realizar as preces de praxe. E, para constar, eu, Maria de Lourdes Silva e Silva, 1ª Secretária, solicitei a digitação da presente ata que, lida e achada conforme, deverá ser assinada pelo Presidente, Vice-Presidente, por mim, 1ª Secretária e demais Vereadores.

Júlio Cezar Pereira

Guilherme de Souza Barros

João Batista Calil de Mendonça Neto

Antônio de Pádua Queiroz Fialho Medina

Jurandyr Barbosa Neto

Marcio Faria Fialho

Alessandro Jose Rodrigues

Gabriela Generoso Gomes

Maria de Lourdes Silva e Silva

FIM ATA Nº029/2025.